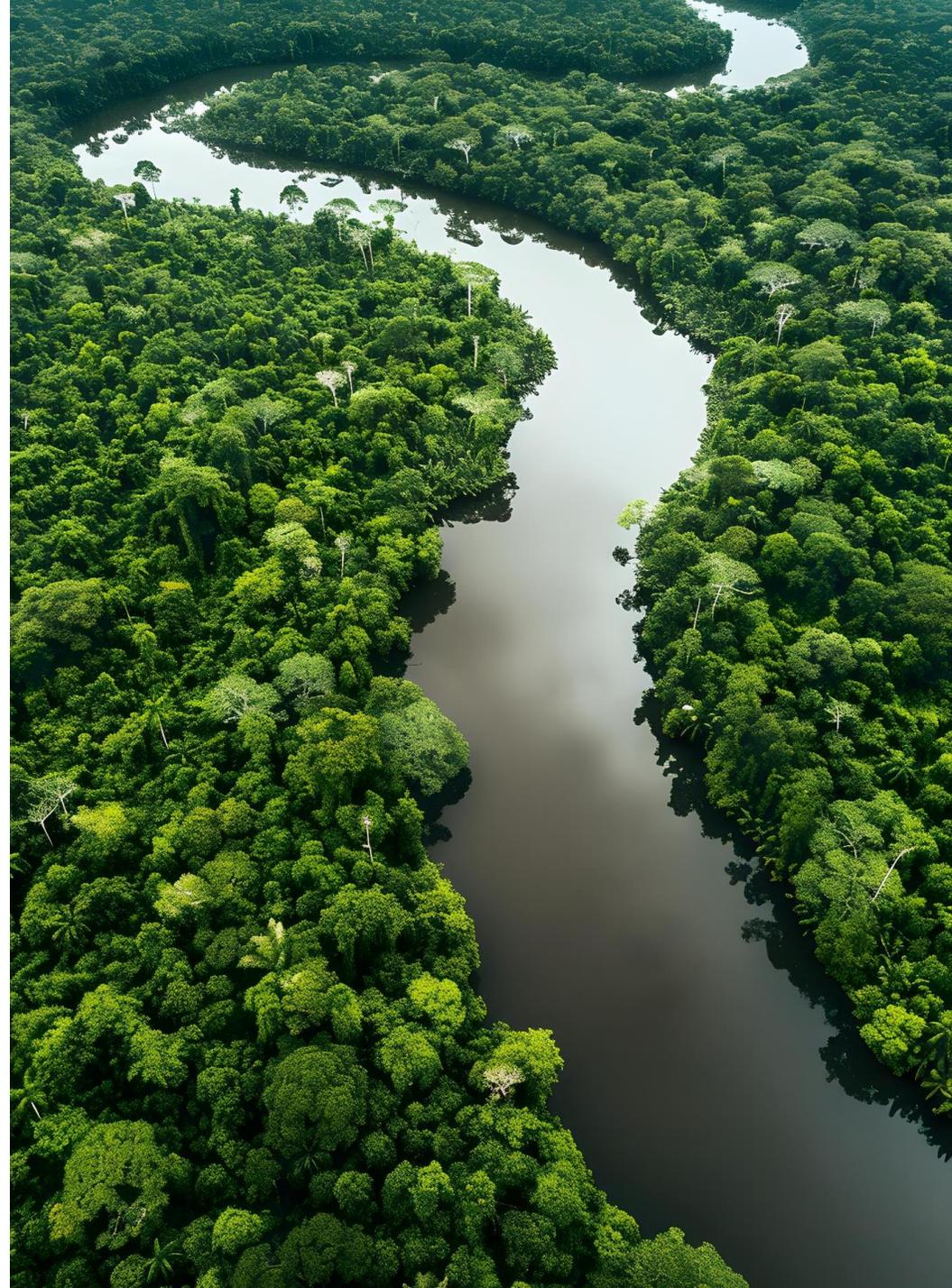


Dívida Pública Federal

Apresentação para investidores





Brasil

Trilhando um caminho de reformas estruturantes

- **2017** Reforma trabalhista
- **2019** Reforma previdenciária, a mais abrangente dos últimos 30 anos
- **2020** Novo marco legal para o Setor de Saneamento/ Nova Lei de Falências
- **2021** Autonomia do Banco Central/ Novo marco legal para o setor de gás
- **2023** Novo Regime Fiscal Sustentável – LC nº 200/23
Reforma Tributária do Consumo – EC nº 132/23
- **2024** Regulamentação da Reforma Tributária do Consumo - LC nº 14/2025
Nova Lei do Mercado de Carbono – Lei nº 15.042/24
Reformas microeconômicas

- 10º maior PIB do mundo**
(US\$ 2,17 trilhões em 2024, FMI abr/25)
- 7ª maior população**
(211 milhões em 2023, PNUD)
- 5º maior país em área**
(8.515.767 km²)
- 5º maior destino de IED em 2023**
(US\$ 65,9 bilhões, *World Investment Report 2024*, UNCTAD)
- 3ª maior capacidade instalada de energia renovável**
(IRENA, *Renewable Capacity Statistics*, 2024)
- PIB per capita US\$ 10.350**
(2023, FMI abr/25)



1 Cenário Macroeconômico

2 Gestão da Dívida Pública Federal



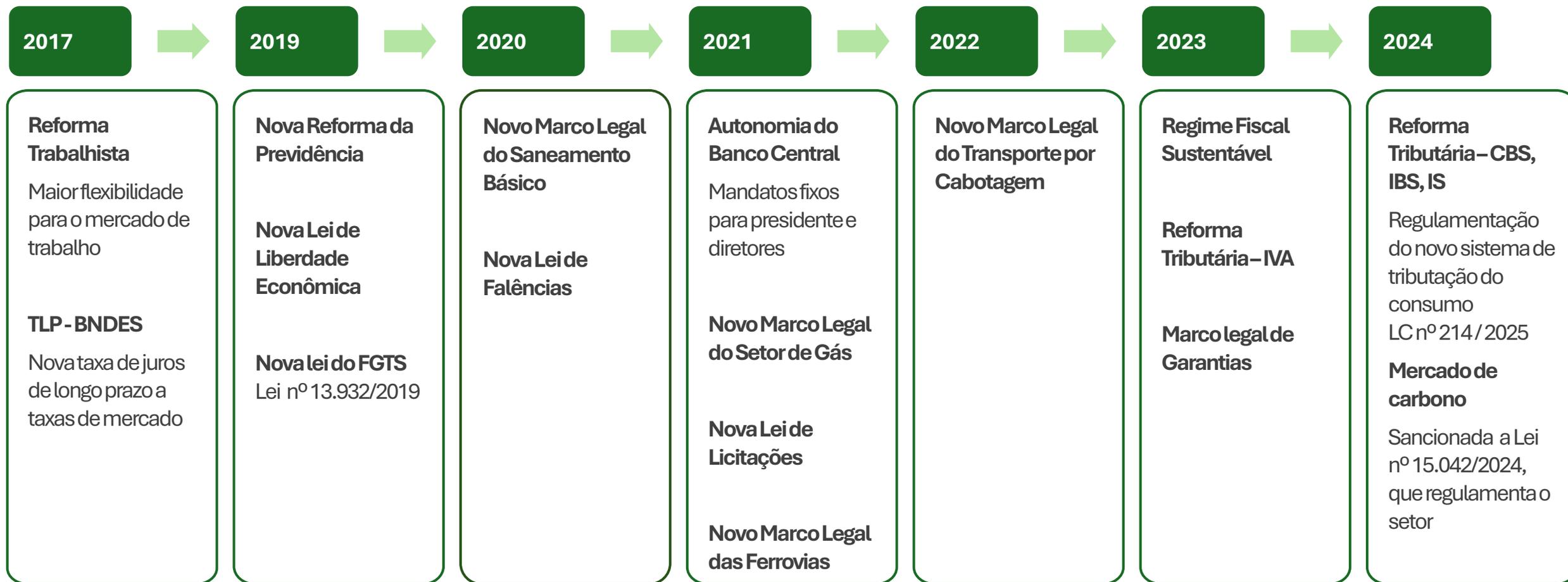
Cenário Macroeconômico

- Progresso da agenda de reformas econômicas
- Crescimento econômico consistente
- Compromisso com a consolidação fiscal
- Melhoras no *rating* soberano



Reformas estruturais contribuem para a estabilização da Dívida/PIB

Brasil mantém agenda de sucessivas reformas estruturais



Reforma Tributária – Impactos Econômicos Diretos

Redução da Complexidade

- Redução do Custo Brasil
- Redução do custo de conformidade (tempo e custo administrativo)
- Menor contencioso tributário
- Ganhos de eficiência

Impulsionando o Investimento e a Competitividade

- Aumento da atratividade para o investimento, doméstico e estrangeiro
- Aumento da competitividade nos mercados globais
- Redução dos diferenciais entre alíquotas tributárias
- Melhora do ambiente de negócios

Redução das tensões federativas

- Diminuição das disputas fiscais internas
- Menor dependência de incentivos fiscais e subsídios

Equidade e Impacto Social

- Melhora da distribuição de renda
- Efeitos progressivos

- FMI 2024, Artigo IV, Brasil, Anexo VIII. Analisando a Reforma do IVA brasileira (tradução livre):
 - “Reduzir a zero o imposto sobre insumos intermediários e impor neutralidade arrecadatória via ajustes no IVA aumentaria o PIB em 11% em relação ao *status quo*, no longo prazo.”
 - “De acordo com o MIMMI⁽¹⁾, a reforma gera fortes ganhos de eficiência por meio da expansão do setor formal, com apenas leves implicações distributivas e sobre a taxa de pobreza.”
 - “Espera-se que a reforma tributária promova alívio da carga tributária sobre os mais pobres.”

Nota: (1) *Multisector Incomplete Markets Macro-Inequality Model*, desenvolvido pelo FMI analisar o impacto distributivo de políticas e reformas, especialmente em países com mercados incompletos e elevada desigualdade.



Proposta de Reforma do Imposto sobre a Renda: neutralidade fiscal e justiça social

Principal objetivo: Promover eficiência tributária combinada à redução da regressividade da tributação sobre a renda sem comprometimento da arrecadação.

Cerca de **10 milhões de contribuintes de baixa renda** seriam beneficiados pela ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), reduzindo ou eliminando sua carga tributária.

A proposta foi enviada ao Congresso como PL nº 1.087/2025.

- i) **Isenção total para quem recebe até R\$5.000 por mês;**
- ii) **Isenção parcial (descontos progressivos) para quem recebe entre R\$5.000 e R\$7.000 mensais;**
- iii) **Sem isenção para rendas mensais acima de R\$7.000.**

A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda resultará em uma perda de arrecadação de cerca de R\$27 bilhões.

A proposta de reforma é **neutra do ponto de vista fiscal**: as perdas de arrecadação serão compensadas pela tributação mínima sobre alta renda, no valor de R\$25,2 bilhões, e pela tributação de remessa de dividendos ao exterior, no valor de R\$8,9 bilhões.

A **alíquota efetiva mínima** para pessoas físicas com renda anual superior a R\$600.000:

- Afeta aproximadamente 141.300 contribuintes de alta renda.
- A carga tributária média atual para esse grupo é de apenas 2,54%.
- A alíquota efetiva mínima funciona como um piso, não como uma cobrança adicional.

Segundo pesquisa Datafolha, a proposta de alíquota mínima do imposto de renda conta com o **apoio de 76% dos brasileiros.**



Mudanças no crédito consignado para trabalhadores formais do setor privado

- Consiste em uma nova linha de crédito utilizando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como **garantia**. O objetivo do programa é **reduzir o superendividamento**.
- A opção está disponível para trabalhadores formais do setor privado, que podem utilizar, como **garantia, 10% do saldo do FGTS e 100% da multa rescisória** em caso de demissão.
- As parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento, mensalmente, o que permite taxas de juros mais baixas.
- No entanto, o limite da operação de crédito é de **35% do salário do trabalhador**.

Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica

- O **Plano de Transformação Ecológica** foi apresentado pelo Ministro da Fazenda na COP28 em 2023, como uma proposta para promover o desenvolvimento sustentável.
- O Plano tem como objetivo estimular investimentos com impacto ambiental positivo e que reduzam desigualdades.
- Ele é estruturado em torno de 6 pilares:
 1. Finanças sustentáveis,
 2. Aprofundamento tecnológico,
 3. Bioeconomia e sistemas agroalimentares,
 4. Transição energética,
 5. Economia circular, e
 6. Nova infraestrutura verde e adaptação.

Projetos em destaque:

- **Mercado de carbono** (modelo *cap-and-trade*)
Em dezembro de 2024, a Lei nº 15.042 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), regulamentando o mercado de carbono no Brasil com um sistema de permissões negociáveis para emissões de gases de efeito estufa.
- **Combustíveis do futuro** (diesel verde, biodiesel, biogás, etanol, captura e armazenamento de carbono, e combustíveis sintéticos): Lei 14.993/2024
- **Programa MOVER** (Mobilidade Verde e Inovação): Incentivos fiscais para P&D voltados para a descarbonização do setor de mobilidade. Programa aprovado e regulamentado pela Lei 14.902 / 2024.
- **Taxonomia Sustentável Brasileira**: Um sistema de classificação que define atividades, ativos e/ou categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e sociais. A proposta final será apresentada na COP 30 em 2025 e entrará em vigor em janeiro de 2026.



Recuperação do PIB – Economias Avançadas

Após crises econômicas, geralmente os países enfrentam dificuldades para retomar a tendência anterior de crescimento.

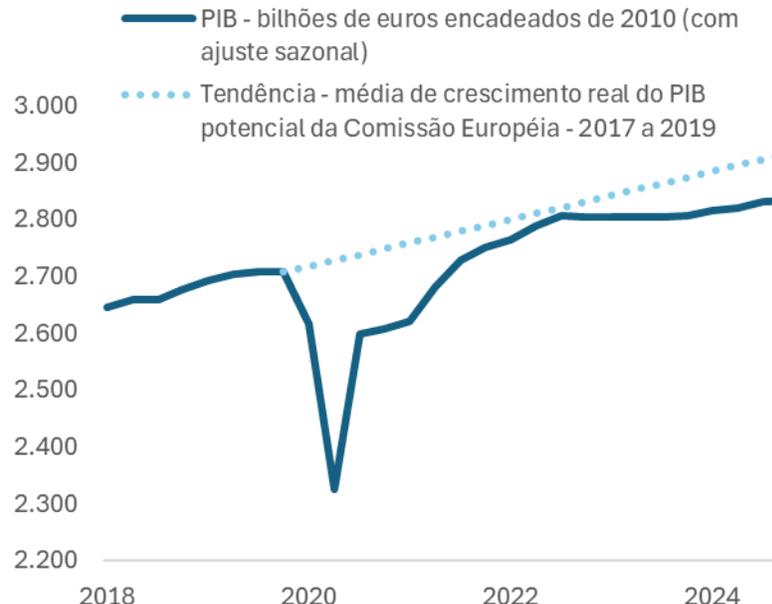
Os Estados Unidos se destacaram ao registrar uma retomada do PIB em ritmo mais acentuado que o anterior à pandemia.*

Estados Unidos



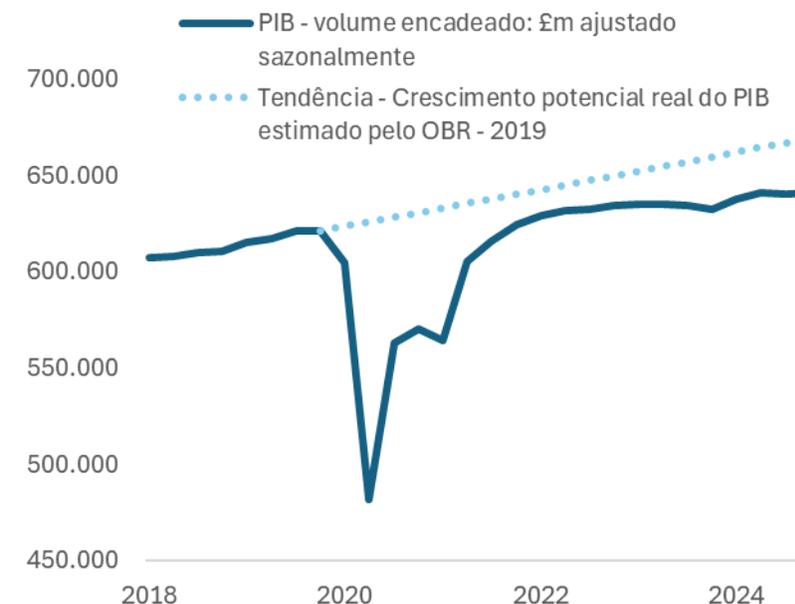
Fonte: FED St. Louis e Congressional Budget Office - CBO

Zona do Euro



Fonte: FED St. Louis e Comissão Europeia

Reino Unido



Fonte: Office for National Statistics e Office for Budget Responsibility - OBR

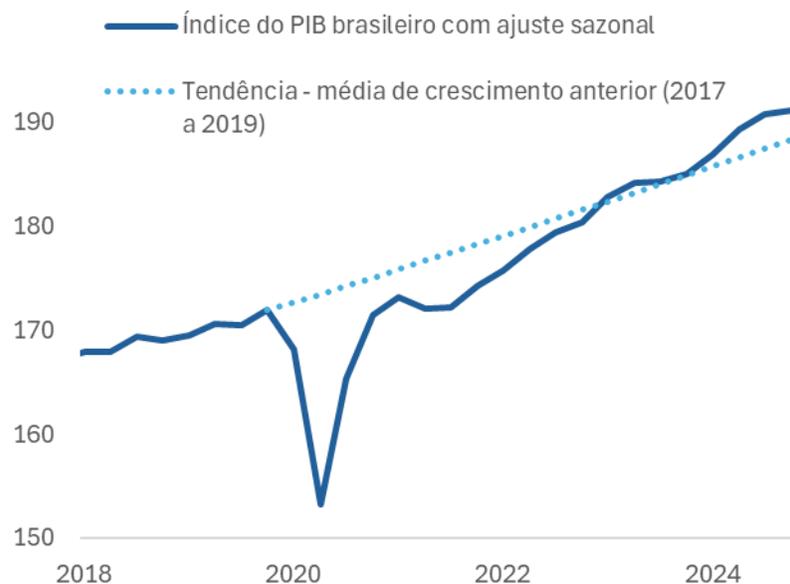
* FEDS Notes, *Why is the U.S. GDP recovering faster than other advanced economies?* May 17, 2024



Recuperação do PIB – América Latina e China

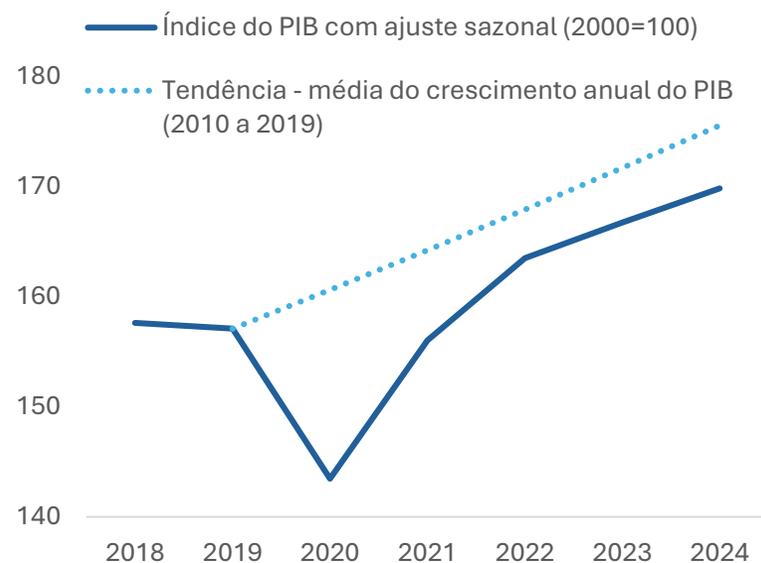
Já nos mercados emergentes, o Brasil se destaca por superar a tendência de crescimento prévia à pandemia, após uma série de reformas estruturais.

Brasil



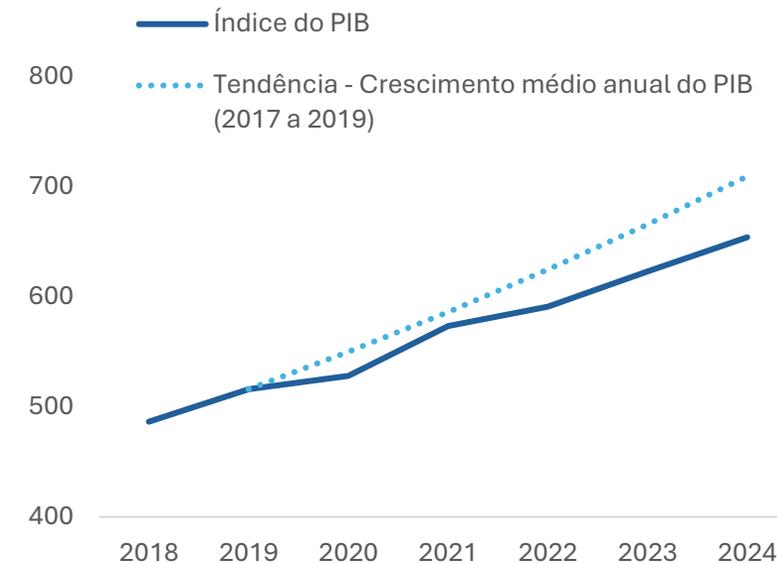
Fonte: IBGE

América Latina (exceto Brasil)



Fonte: FMI (WEO abr/25)

China

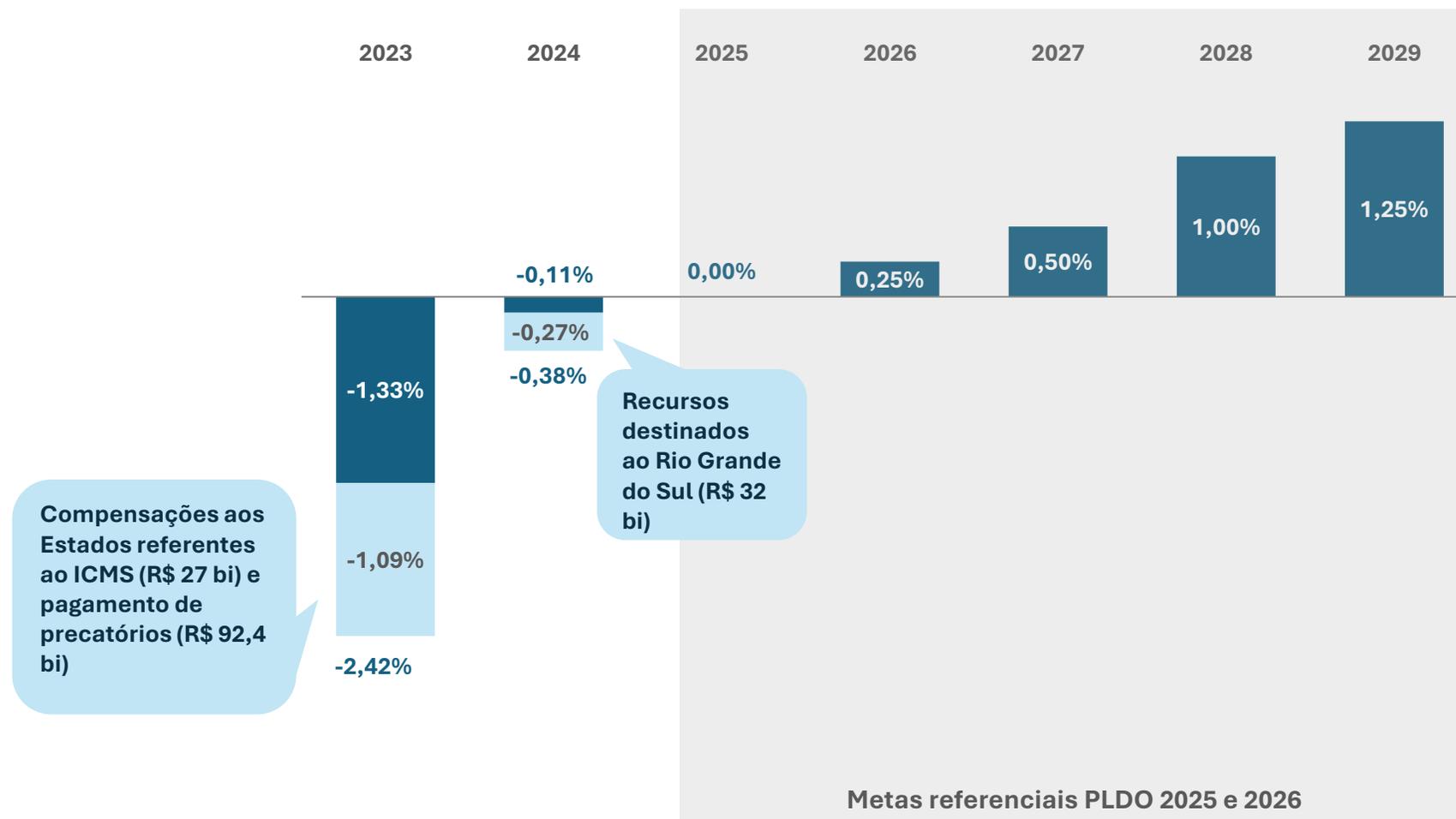


Fonte: FMI (WEO abr/25)



Resultado Primário do Governo Central (% PIB)

Com o Regime Fiscal Sustentável, são esperados superávits crescentes nos próximos anos.



Nota: As informações divulgadas no gráfico seguem a metodologia abaixo da linha, divulgada pelo Banco Central. Para visualizar o resultado na metodologia acima da linha, consulte o [Resultado do Tesouro Nacional](#).

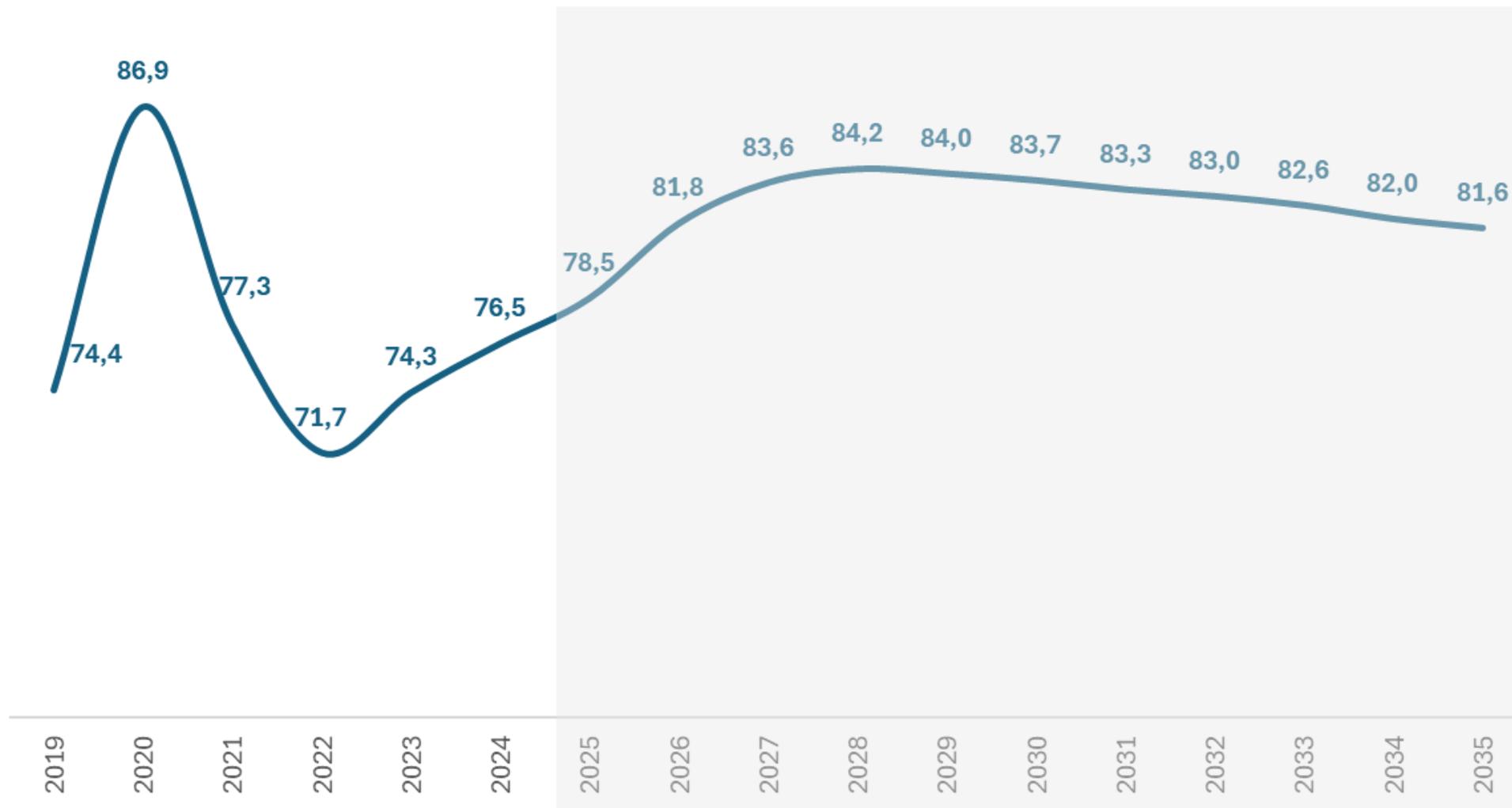
Fonte: Banco Central do Brasil (Estatísticas Fiscais janeiro/2025) e PLDO 2025

Elaboração: Tesouro Nacional



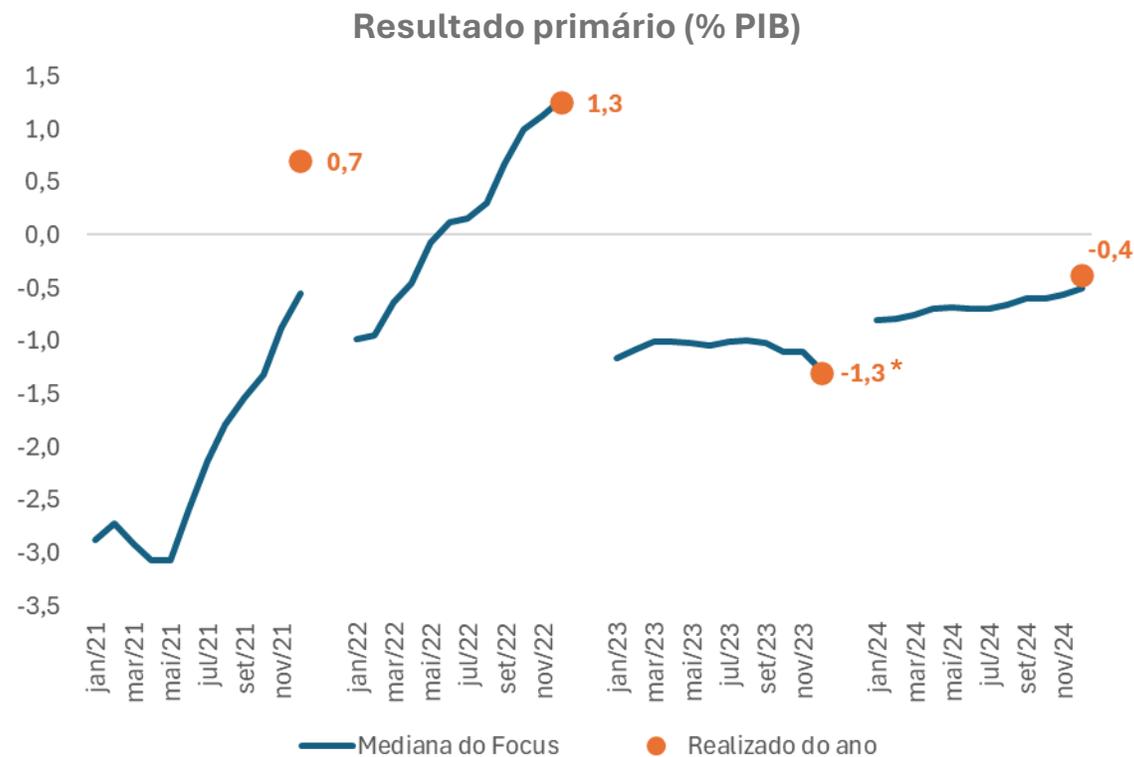
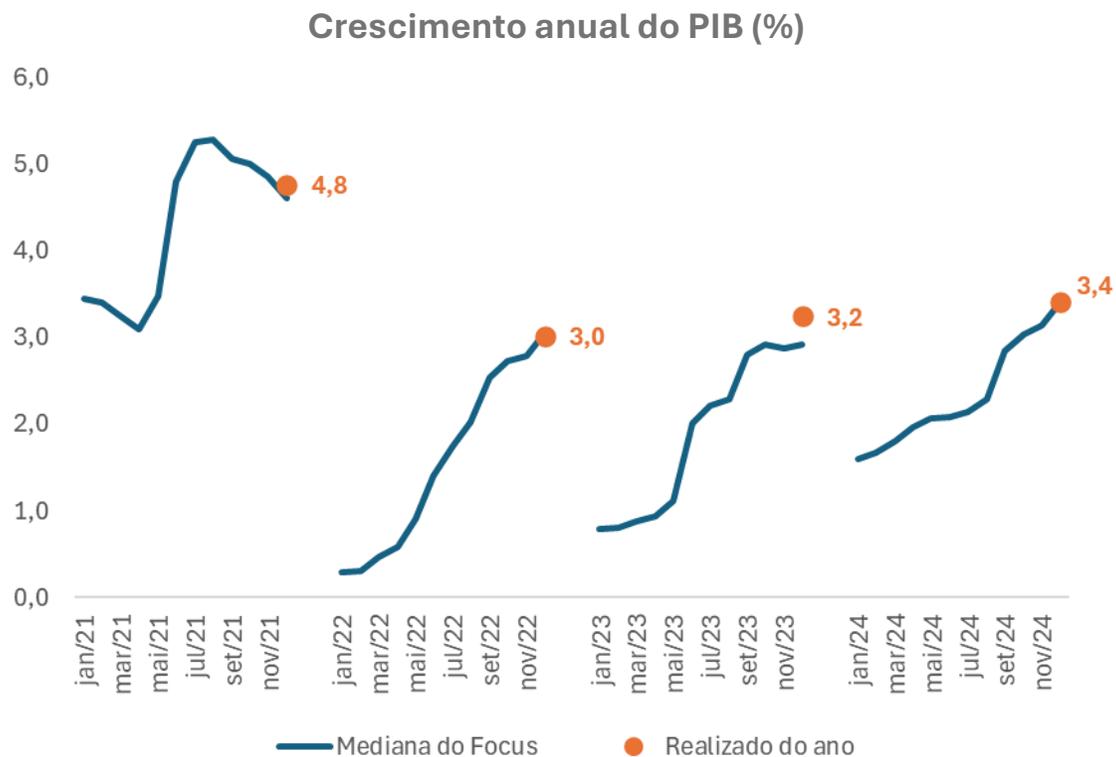
Para assegurar a trajetória de queda no médio prazo, é determinante o compromisso com a consolidação fiscal.

Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB) - Projeções Tesouro Nacional



Nos últimos anos, as projeções de mercado para o PIB e para o Resultado Primário têm sistematicamente subestimado esses indicadores, como revela a mediana do Focus.

PIB e Resultado Primário: Projetado x Realizado

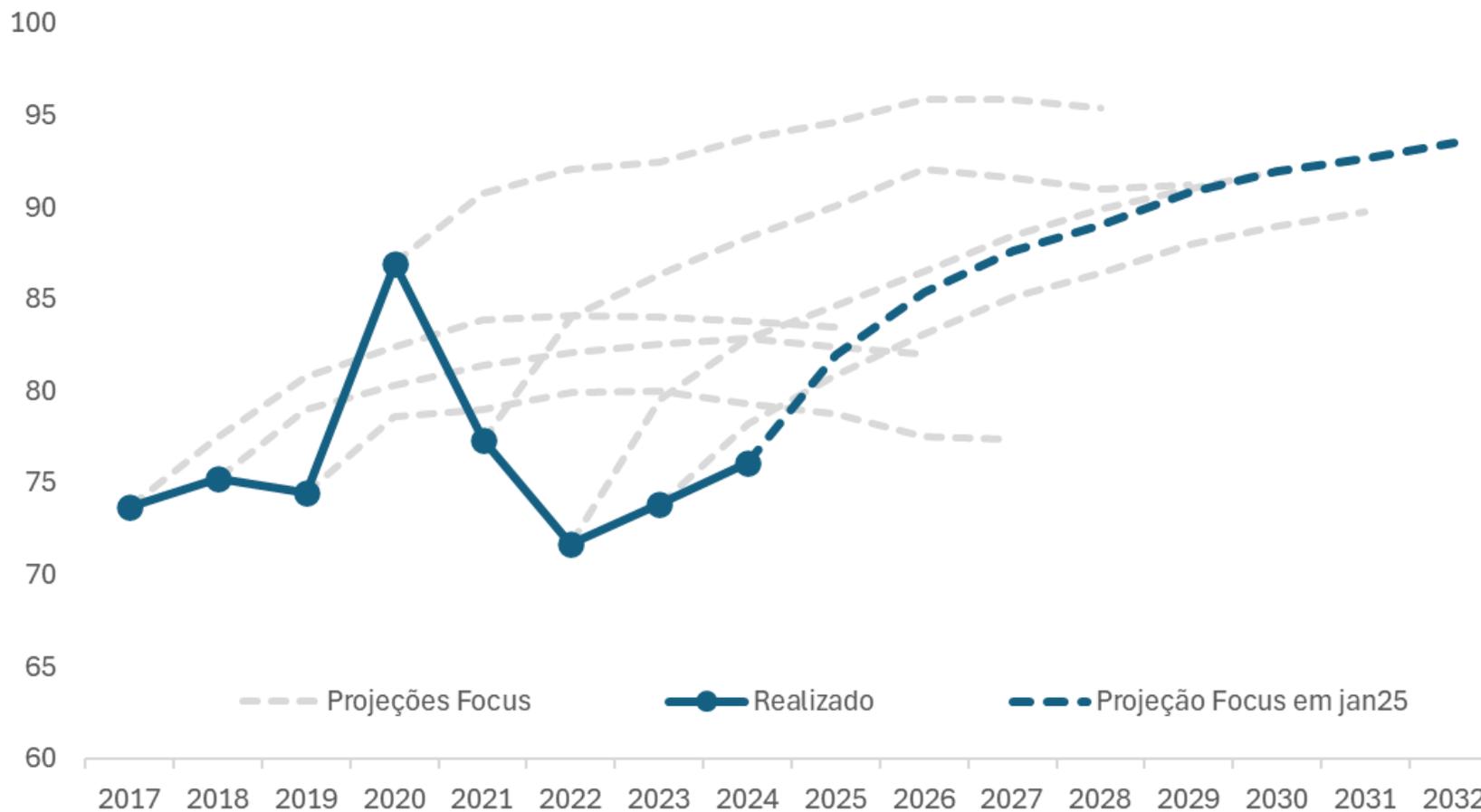


* O resultado de 2023 exclui a compensação aos Estados referente ao ICMS (R\$27 bi) e o pagamento de precatórios (R\$ 92,4 bi)



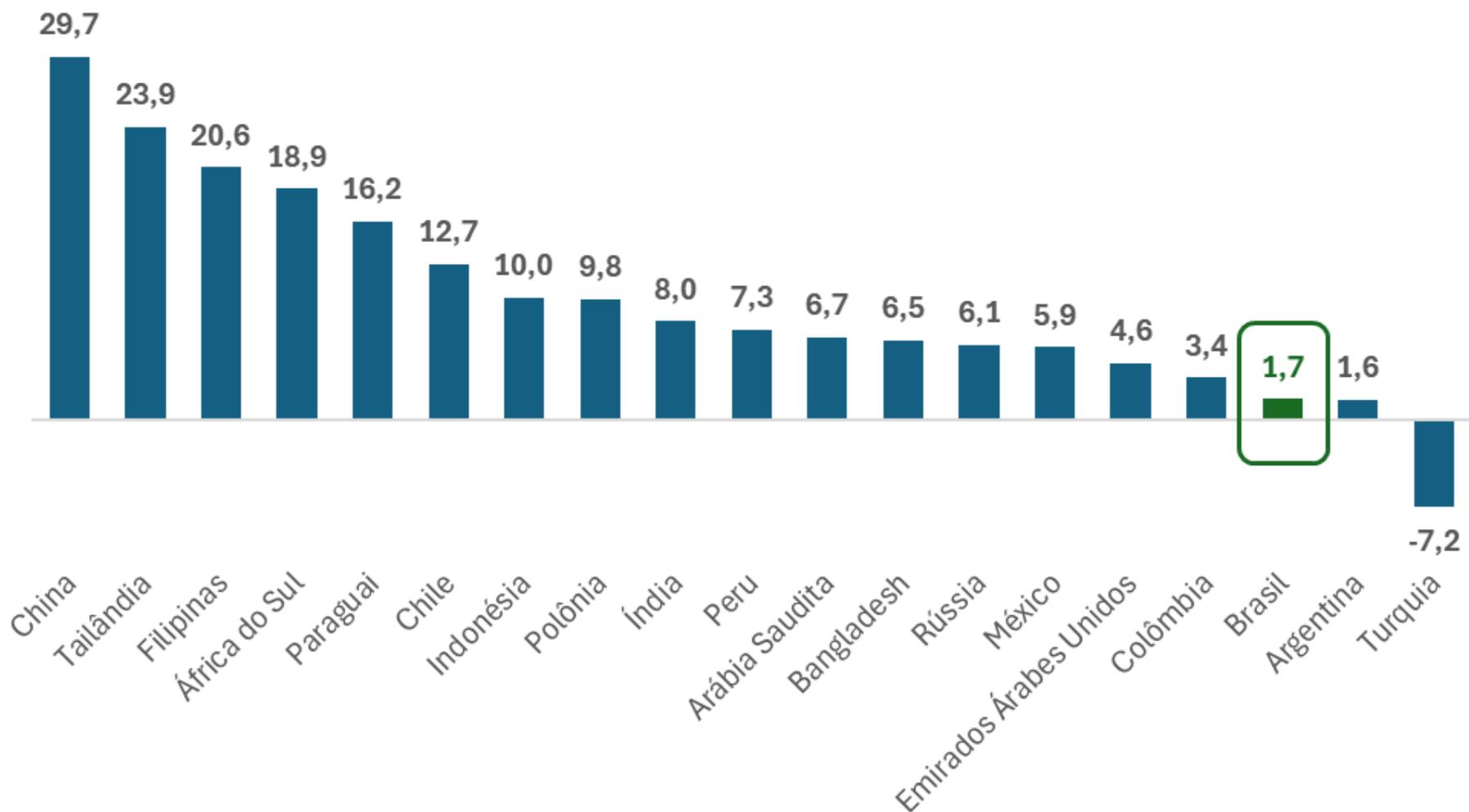
DBGG (% PIB) - Realizado no último mês do ano e projeções Focus

Da mesma forma, as estimativas de mercado no início do ano tendem a superestimar a DBGG ao final do período



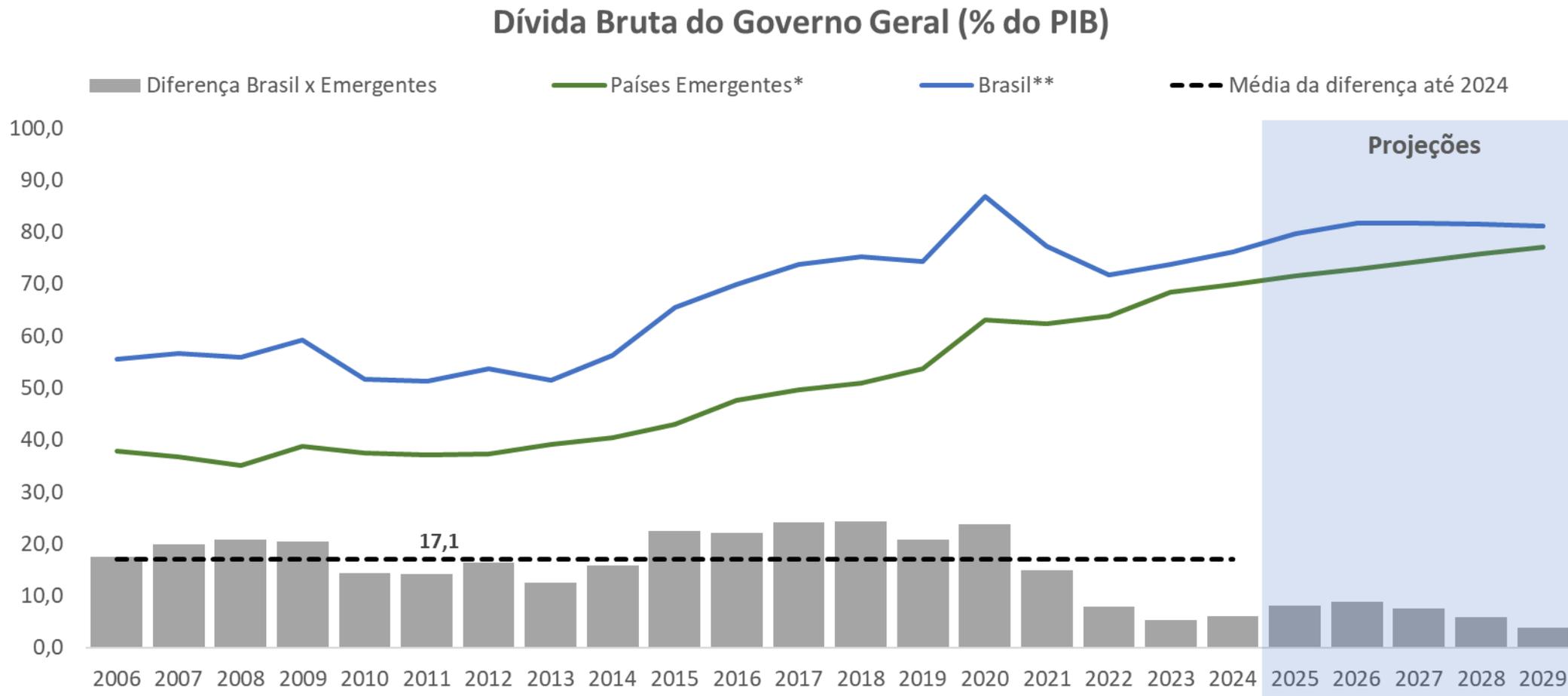
Brasil é um dos países com menor crescimento da razão DBGG/PIB após pandemia

DBGG/PIB - Diferencial entre 2024 e 2019 - Mercados Emergentes Brasil é um dos países com menor crescimento da razão DBGG/PIB após pandemia



A consolidação fiscal no Brasil tem levado a uma redução na diferença entre a dívida pública brasileira e a dívida pública média dos 20 maiores países emergentes.

DBGG – Comparação internacional



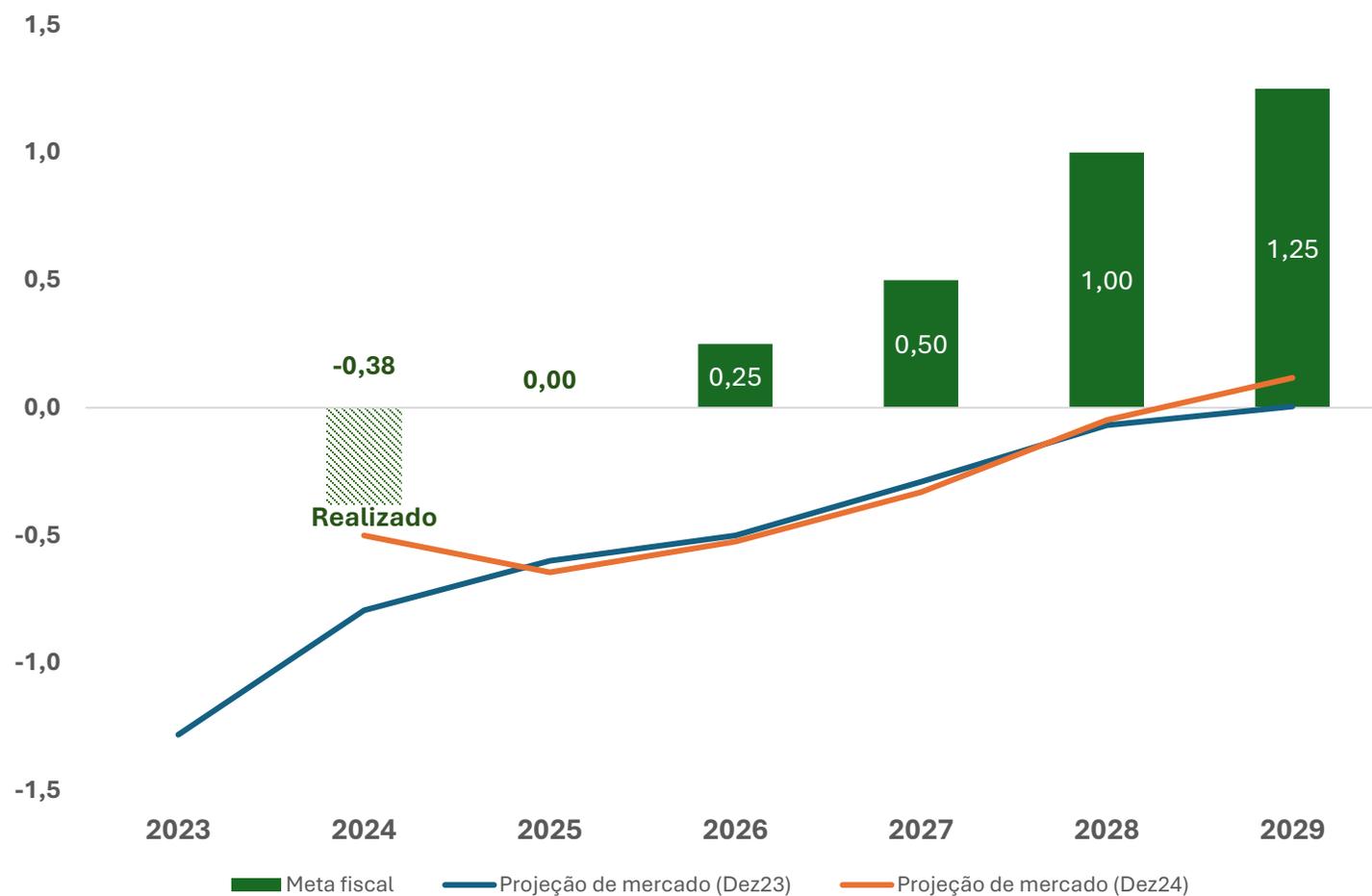
Fontes: * FMI WEO out24 – DBGG dos 20 maiores países emergentes em termos de PIB (USD)

** BCB e STN – Histórico da DBGG e projeções para o Brasil



Resultado Primário do Governo Central (% PIB) – Meta e projeção de mercado

O comportamento do resultado primário indica um processo de consolidação fiscal

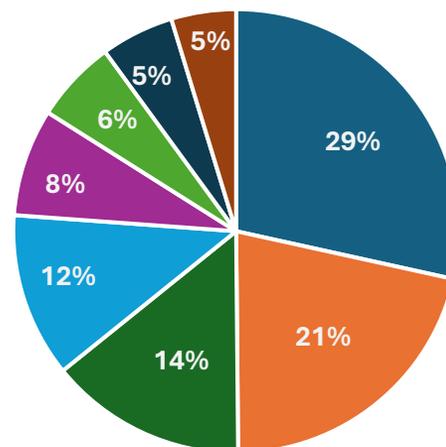


Política Comercial e Cenário Externo Brasileiro

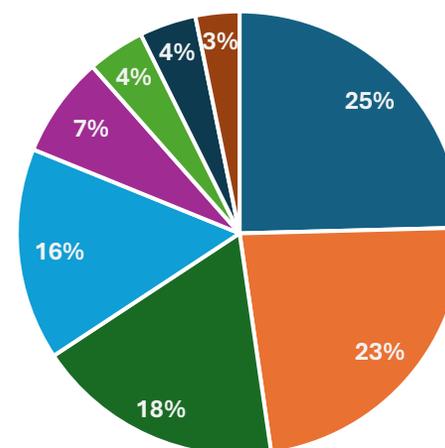
Baixo grau de vulnerabilidade externa em meio a tensões globais

- Economia doméstica grande e diversificada
- Baixa vulnerabilidade externa: deficit em conta Corrente (~1% do PIB) financiado por IDP; reservas internacionais em níveis elevados.
- Estrutura comercial diversificada e resiliente
- Tarifas dos EUA: tarifa-base de 10% tarifa de 25% sobre o aço se aplicam ao Brasil, mas o impacto é considerado limitado.
- O governo criou grupo de trabalho bilateral e manteve diálogo direto com o setor privado(ex. siderurgia, agronegócio)
- Diplomacia comercial estratégica:
 - negociações em andamento com os EUA por meio de grupos de trabalho bilaterais;
 - avanços nas tratativas Mercosul–UE (acordo alcançado, pendente de ratificação), Mercosul–Singapura (assinado, aguardando implementação) e Mercosul–EFTA.
 - negociações em andamento com Canadá, Coreia do Sul e parceiros da ASEAN — apoiando a diversificação comercial de longo prazo.

2024 - Exportações

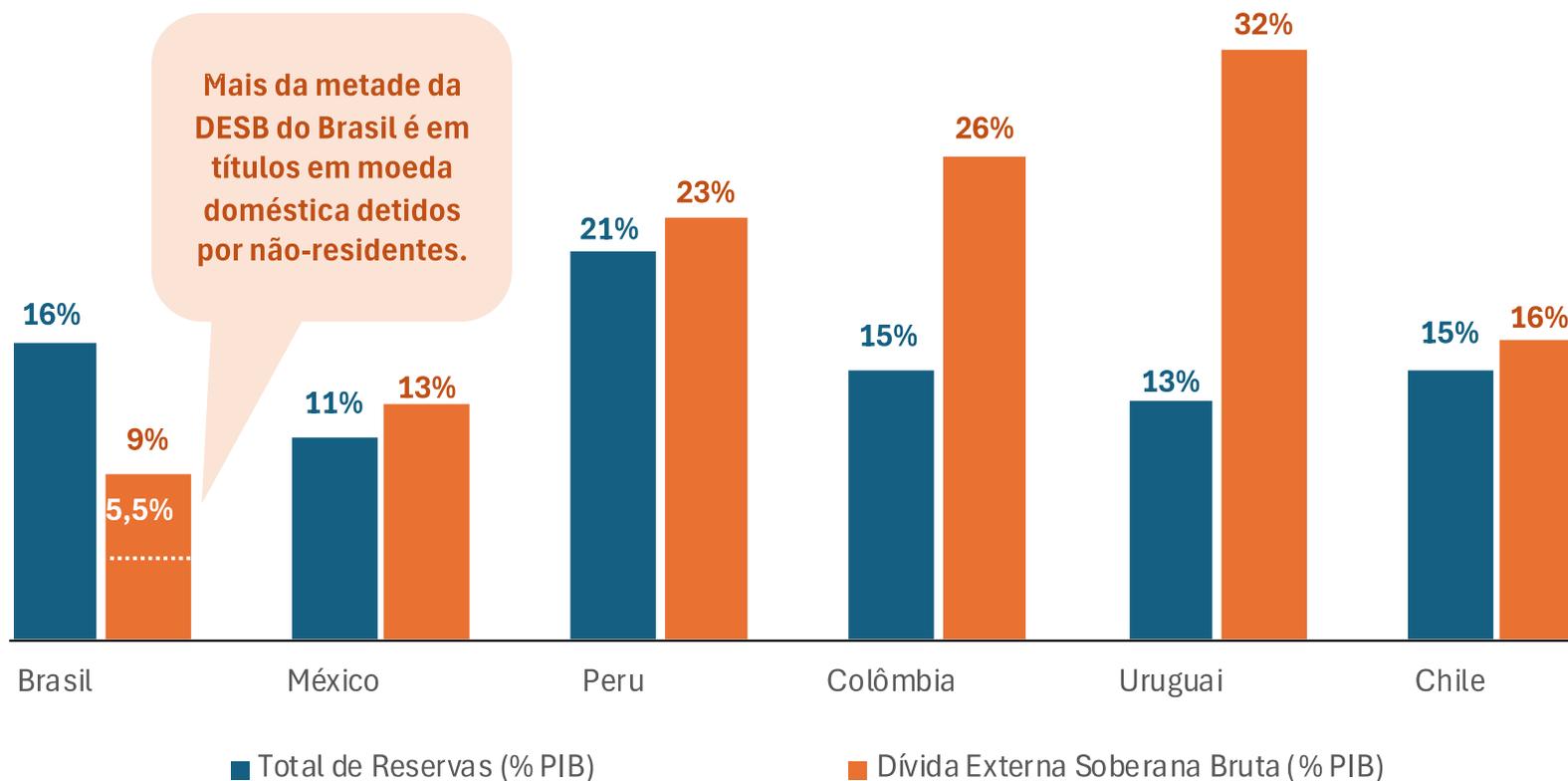


2024 - Importações



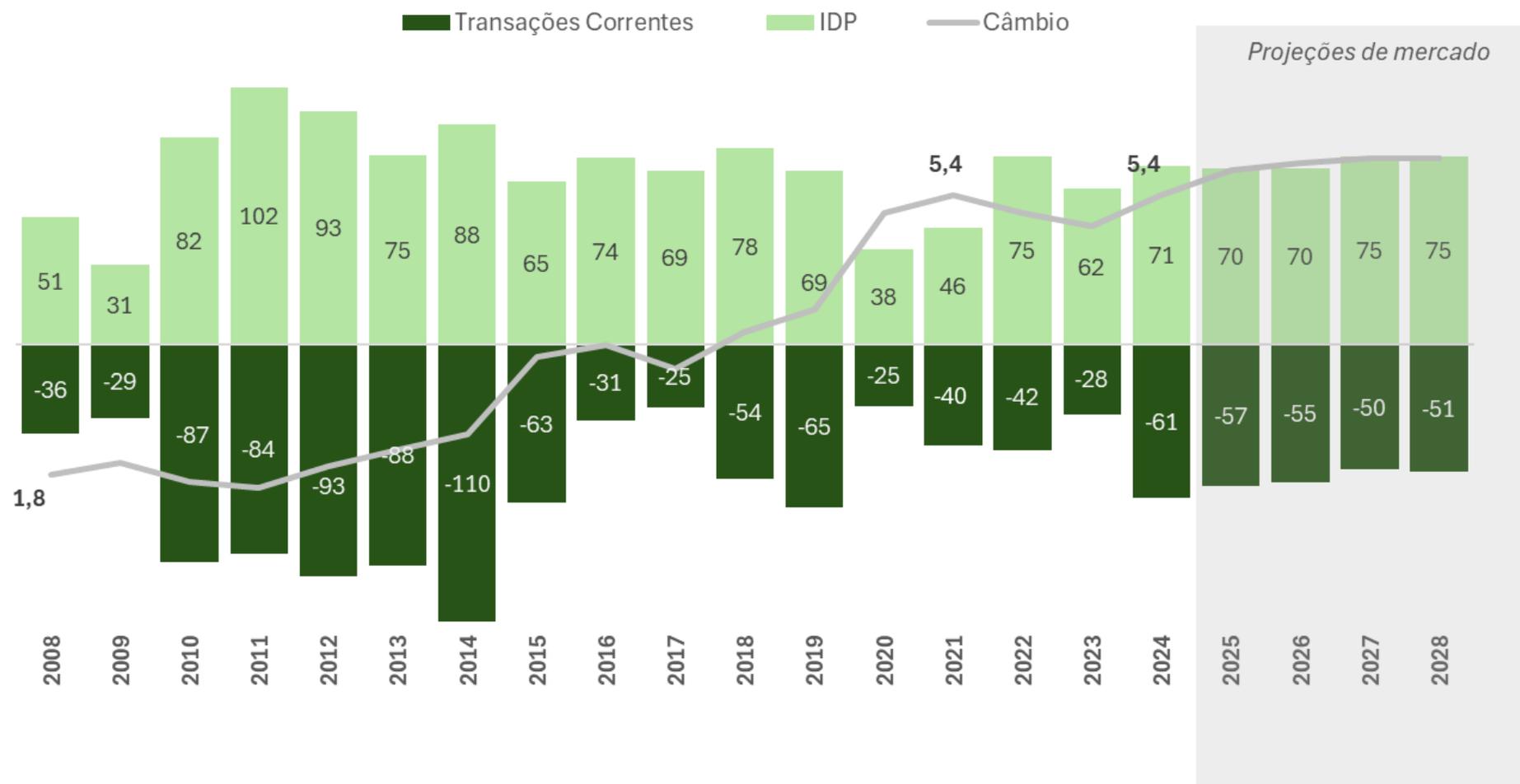
Reservas Internacionais e Dívida Soberana Externa em 2024 (% PIB)

Reservas totais significativamente maiores que a dívida soberana externa colocam o Brasil em posição de credor externo



Transações Correntes x Investimento Direto no País (US\$ bi)

País apresenta baixa vulnerabilidade no setor externo



Evolução das Classificações de Crédito do Brasil: Melhorias em 2023 e 2024

Uma série de atualizações positivas na classificação de crédito do país reflete avanços nas perspectivas econômicas e aproxima o Brasil do grau de investimento

	S&P	2022	2023	2024
Grau de Investimento	BBB+ BBB BBB-			
Grau especulativo	BB+ BB BB- B+	BB-	BB	BB

S&P Global
Ratings

Em **19 de Dezembro de 2023**, a **S&P** elevou a nota de crédito soberana do Brasil de **'BB-'** para **'BB'**, com perspectiva **estável**.

	Fitch	2022	2023	2024
Grau de Investimento	BBB+ BBB BBB-			
Grau especulativo	BB+ BB BB- B+	BB-	BB	BB

Fitch
Ratings

Em **26 de Julho de 2023**, a **Fitch** elevou a nota de crédito soberana do Brasil de **'BB-'** para **'BB'**, com perspectiva **estável**.

	Moody's	2022	2023	2024
Grau de Investimento	Baa1 Baa2 Baa3			
Grau especulativo	Ba1 Ba2 Ba3 B1	Ba2	Ba2	Ba1

MOODY'S

Em **30 de maio de 2025**, a **Moody's** manteve a nota de crédito soberana do Brasil em **'Ba1'**, com perspectiva **estável**.



1

Cenário Macroeconômico

2

Gestão da Dívida Pública Federal



Gestão da Dívida Pública Federal

- Dívida predominantemente em moeda doméstica (95% do total)
- Mercado interno robusto e base de investidores diversificada
- Reserva de liquidez para gestão da dívida acima do nível prudencial

Gestão da dívida pública com base em objetivos e diretrizes

Objetivo da Gestão da Dívida Pública Federal

O objetivo da gestão da Dívida Pública Federal é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco, e , adicionalmente, contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Diretrizes de Gestão da Dívida Pública Federal

- Substituição gradual dos títulos pós-fixados por títulos prefixados e por índices de preços;
- Suavização estrutura de vencimentos, especialmente a dívida de curto prazo;
- Aumento do prazo médio do estoque;
- Desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros e incentivo à liquidez no mercado secundário de títulos;
- Diversificação e ampliação da base de investidores e;
- Manutenção da reserva de liquidez acima do nível prudencial.



A composição desejada deve ser buscada gradualmente no longo prazo (até 2035), constituindo um guia para a elaboração de estratégias de financiamento

Composição desejada para a DPF no longo prazo (benchmark)

Indicador	Benchmark		Intervalo	
	Composição (% da DPF)	Prazo Médio (anos)	Composição (% da DPF)	Prazo Médio (anos)
Indexadores				
Prefixados	35	3,0	± 2,0	± 0,3
Índice de Preços	35	7,5	± 2,0	± 0,5
Taxa Flutuante	23	3,5	± 2,0	± 0,3
Câmbio	7	7,5	± 2,0	± 0,5
Estrutura de vencimentos				
Prazo Médio da DPF		5,0		± 0,5
% Vincendo em 12 meses	20		± 2,0	

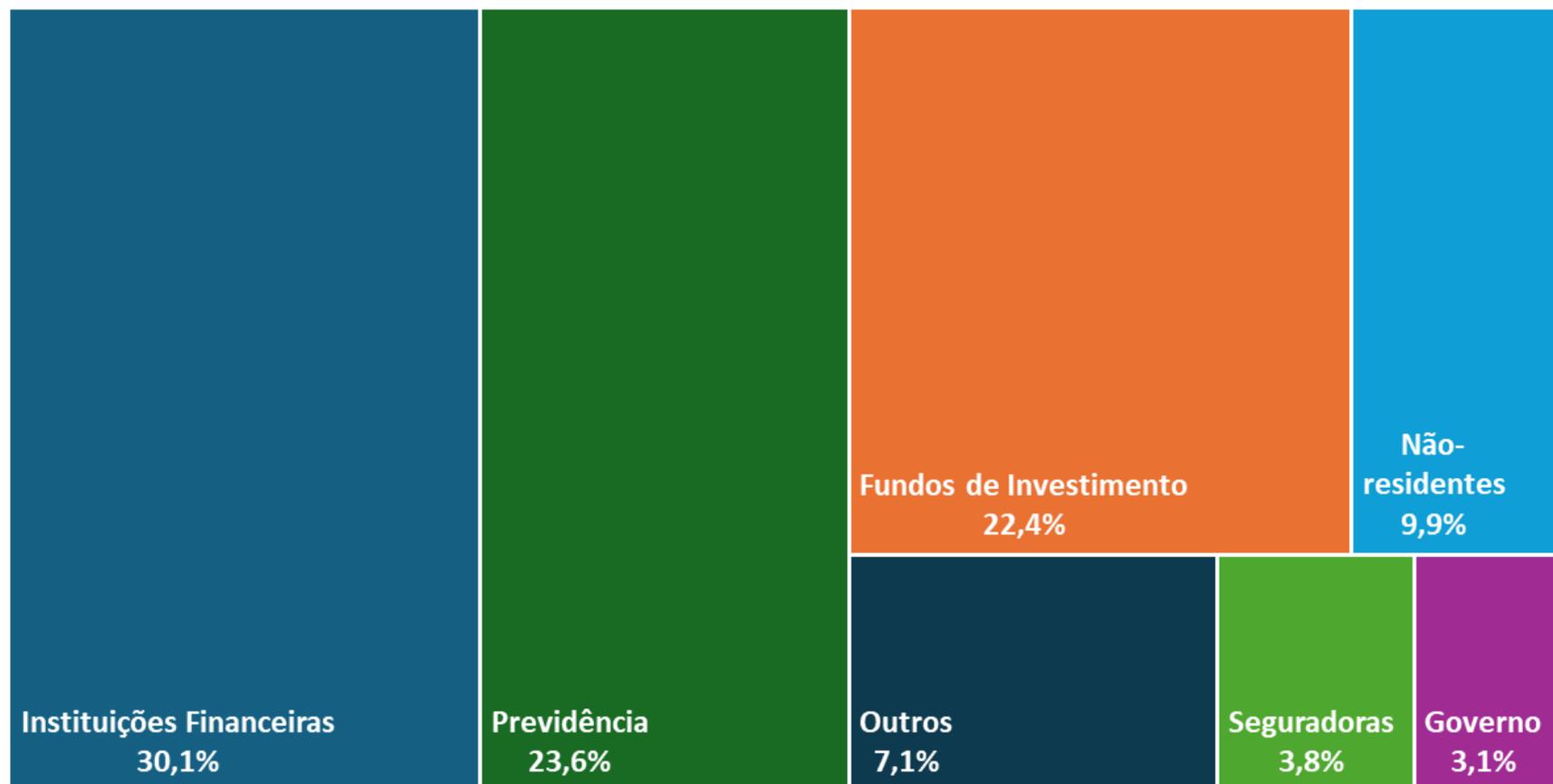
Plano Anual de Financiamento 2025: expectativas para indicadores da DPF

Indicadores	dez/23	dez/24	mai/25	Limites do PAF 2025	
				Mínimo	Máximo
Estoque da DPF* em Mercado (R\$ bilhões)					
	6.520,3	7.316,1	7.670,5	8.100,00	8.500,00
Composição da DPF (%)					
Prefixados	26,5	22,0	21,1	19,0	23,0
Índices de preços	29,8	27,0	26,6	24,0	28,0
Taxa Flutuante	39,7	46,3	48,3	48,0	52,0
Câmbio	4,1	4,8	4,0	3,0	7,0
Estrutura de vencimentos da DPF					
% Vincendo em 12 meses	20,1	17,9	16,0	16,0	20,0
Prazo Médio (anos)	4,0	4,0	4,2	3,8	4,2

*Inclui DPMFi (R\$ 7.361,32 bilhões – maio25) e DPFe (R\$ 309,17 bilhões – maio25) administrada pelo Tesouro Nacional.

A base de investidores é diversificada, o que contribui para a redução de riscos associados à Gestão da Dívida Pública Federal

Base de investidores (Maio25)

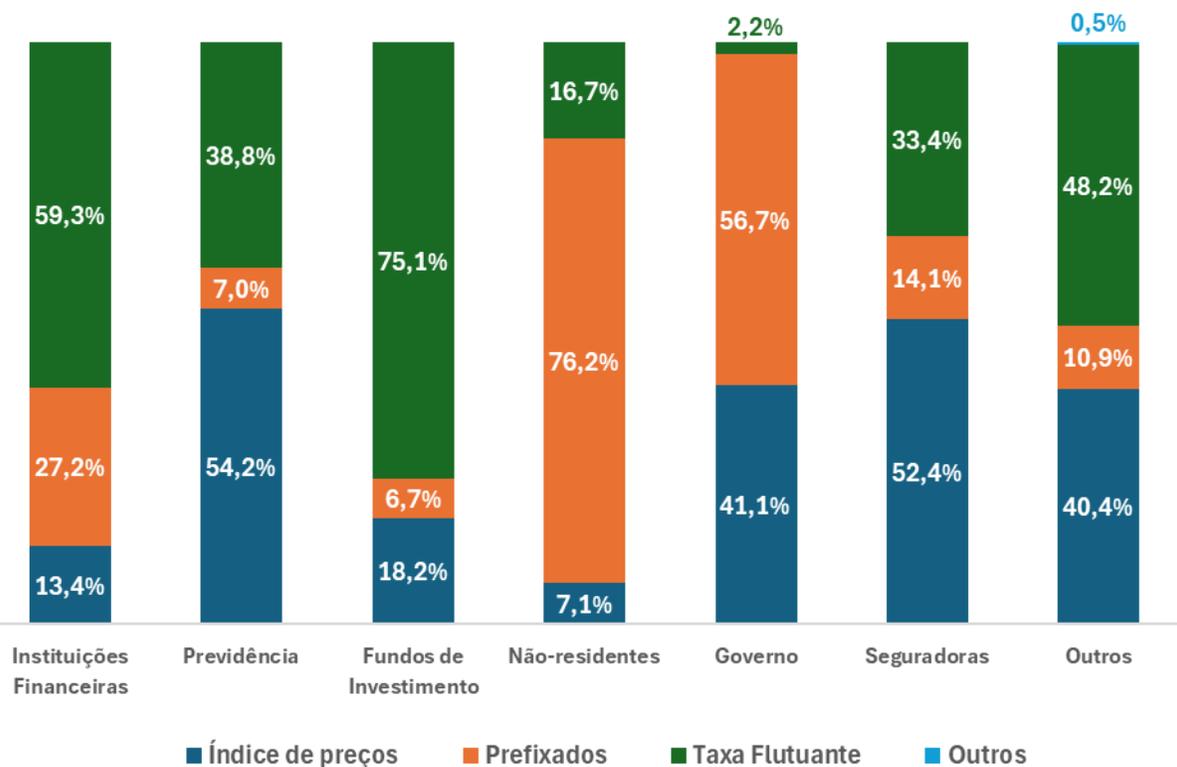


Nota: “Governo” inclui fundos administrados pelo setor público.

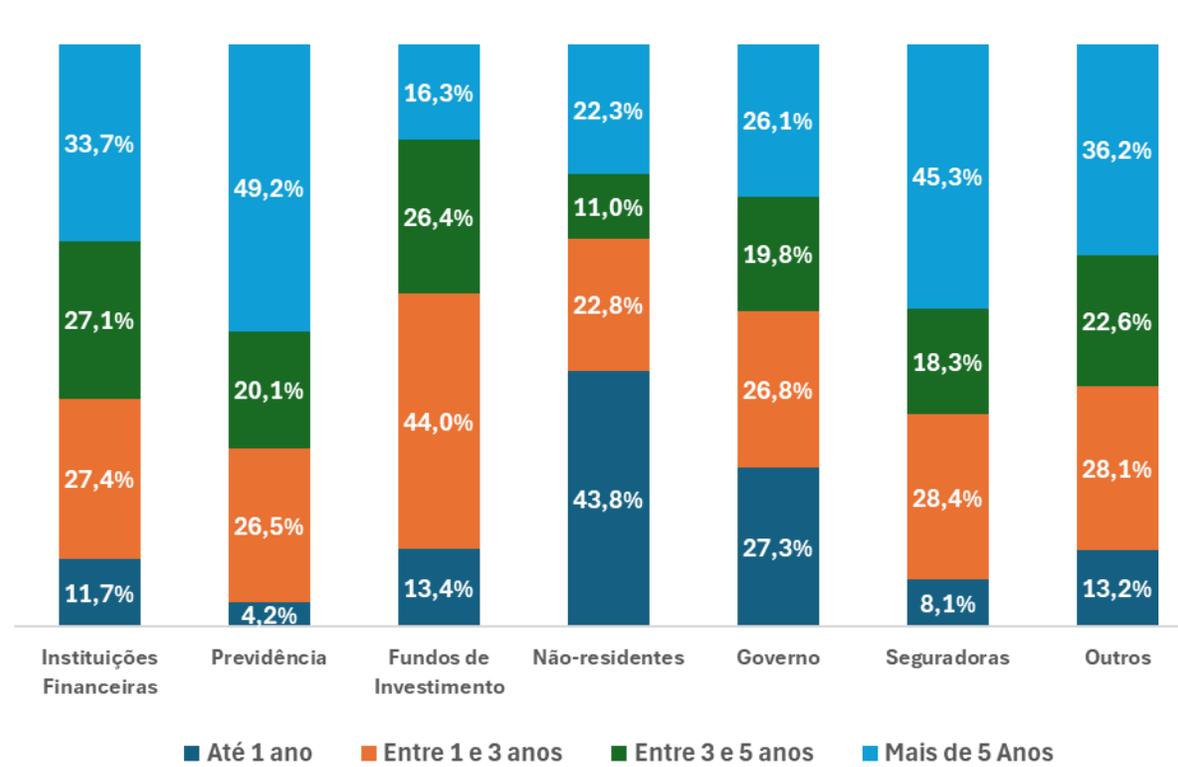
Fundos de previdência têm preferência por títulos indexados à inflação, enquanto não residentes têm demanda mais forte por títulos prefixados de longo prazo

Base de investidores por indexadores e prazo

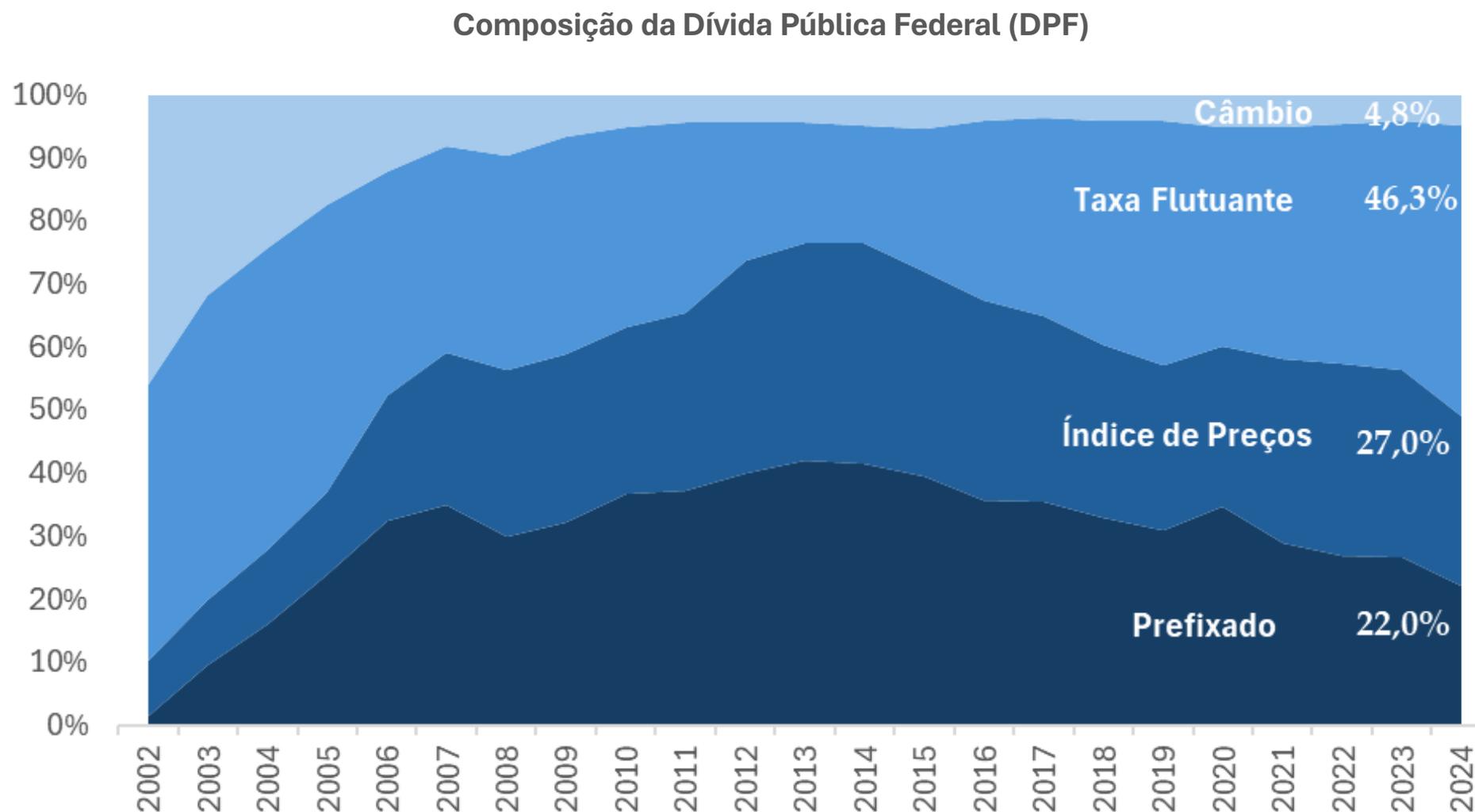
Distribuição por indexadores (Maio/25)



Distribuição por prazo (Maio/25)

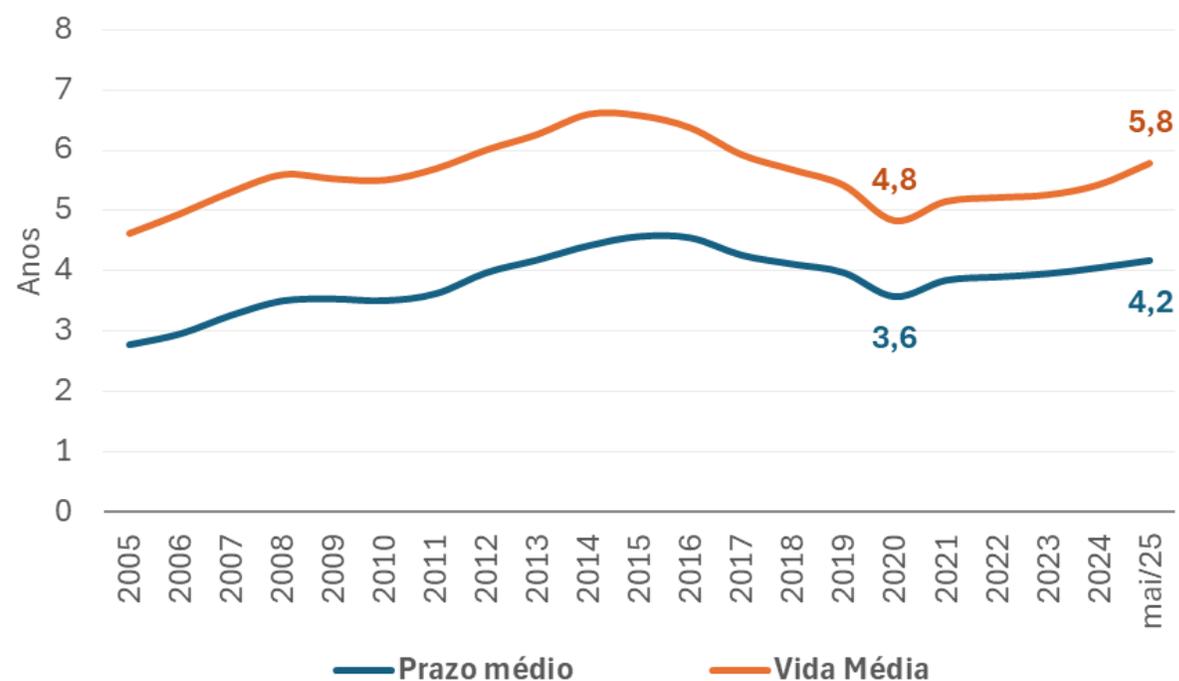
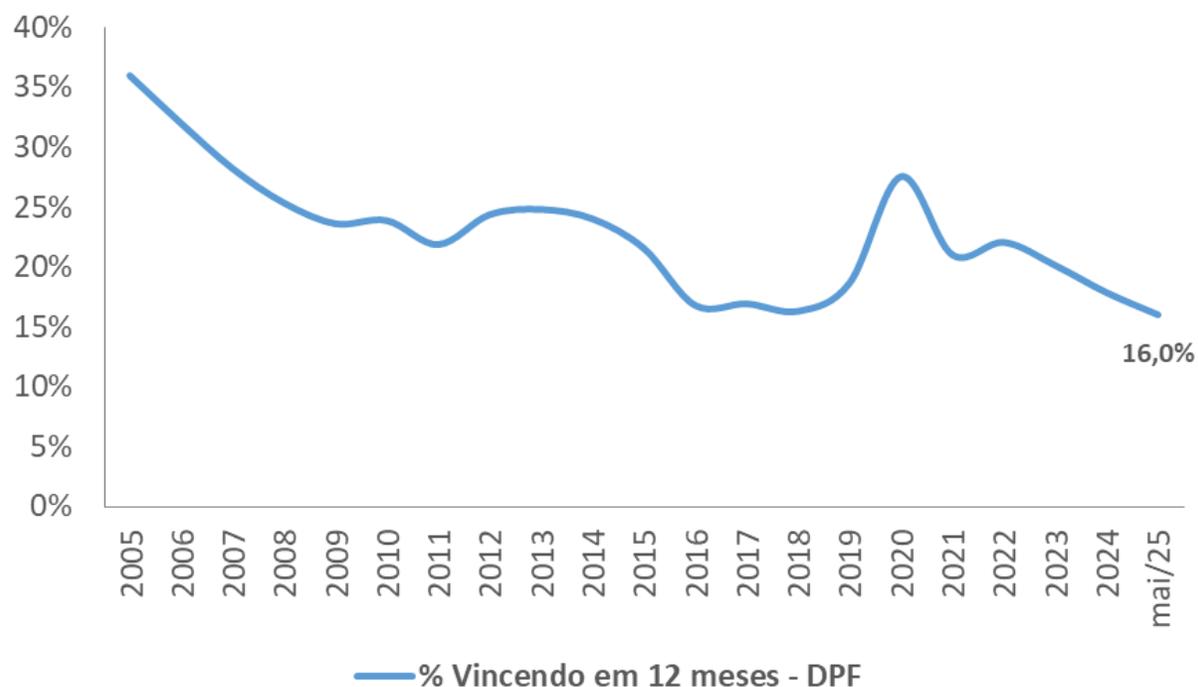


A base de investidores diversificada permite ao Tesouro emitir diferentes tipos de títulos



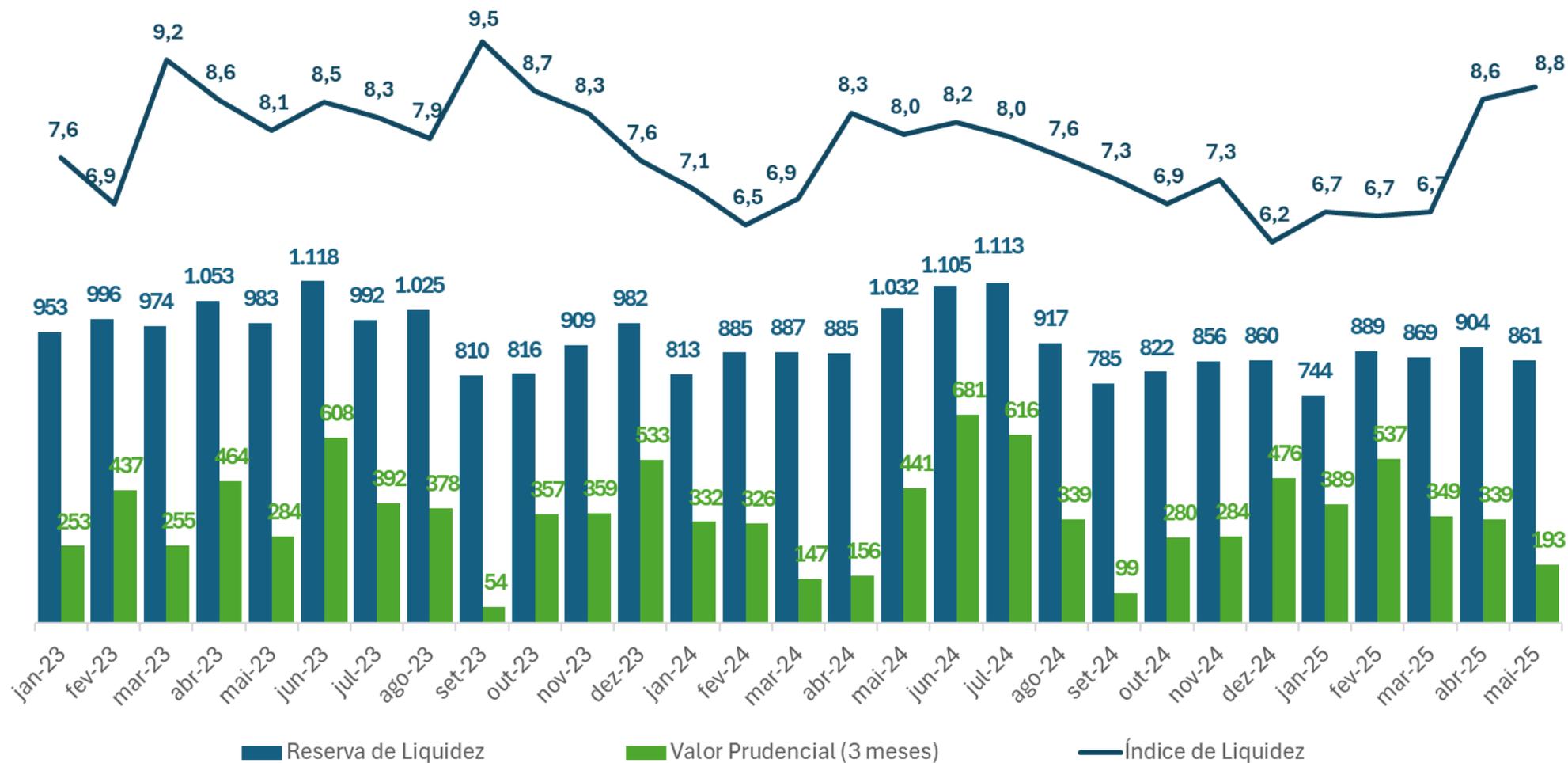
A possibilidade de emitir diferentes títulos contribuiu para reduzir a concentração de vencimentos e para aumentar o prazo médio da dívida.

Estrutura de Vencimentos e Risco de Refinanciamento



O Tesouro Nacional dispõe de robusta reserva de liquidez para mitigar risco de refinanciamento

Reserva de Liquidez da Dívida Pública Federal* (R\$ bi)



Ao final de Maio/25, a reserva de liquidez da dívida alcançou cerca de **R\$ 861 bilhões**, valor suficiente para cobrir 8,8 meses de vencimentos.

* Posição de caixa depositada na conta única do Tesouro no Banco Central e dedicada exclusivamente à gestão da dívida



Estratégia de Mercado Externo

Diretrizes gerais

Criação e aperfeiçoamento de vértices de referência (*benchmarks*) na estrutura a termo da taxa de juros

Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo

Monitoramento da dívida contratual externa

Aprimoramento e diversificação da base de investidores

Apoio aos compromissos nacionais para a transição ecológica

- O planejamento prevê a continuidade de **emissões externas convencionais e de títulos sustentáveis**;
- A estratégia de emissões externas objetiva manter uma **curva de juros soberana eficiente no mercado externo** com formação de preços e liquidez adequadas
- Emissões externas soberanas são úteis para a formação de preços de **financiamento externo de empresas brasileiras**.

Títulos sustentáveis

- Além de seguir as diretrizes gerais da estratégia para a dívida externa, as emissões de títulos sustentáveis alocam os recursos captados (em valor equivalente) exclusivamente em despesas elegíveis pelo **Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis** associadas a benefícios ambientais e/ou sociais;
- Para aprimorar a transparência, o país voluntariamente optou por publicar um **Relatório de Pré-Emissão com Alocação Indicativa de Recursos**, que indica as categorias de despesas elegíveis do Arcabouço que serão consideradas a cada emissão sustentável em particular;
- As emissões sustentáveis brasileiras cumprem o compromisso de divulgação periódica sobre o uso dos recursos em **Relatórios de Alocação e Impacto**.



O Governo Brasileiro trabalhou em conjunto com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na construção do Arcabouço.

Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis

- O Arcabouço Brasileiro foi desenvolvido para a emissão de títulos sustentáveis, com base nas **Sustainability Bond Guidelines da ICMA**, e em linha com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU**, abrangendo 13 dos 17 ODS.
- Títulos Sustentáveis combinam o uso de recursos, **tanto para fins ambientais quanto sociais, em projetos específicos**.
- A emissão de títulos sustentáveis é condizente com a estratégia do Tesouro Nacional de acessar o mercado com certa frequência e em montante suficiente para **garantir que os títulos tenham liquidez e precificação adequadas**.
- Esse processo contribui para **melhorar a transparência e a comunicação do Brasil** sobre a agenda de sustentabilidade.
- Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/divida-publica-federal/titulos-sustentaveis>



Relatório Pré-Emissão com Alocação Indicativa de Recursos – out23 e mai24

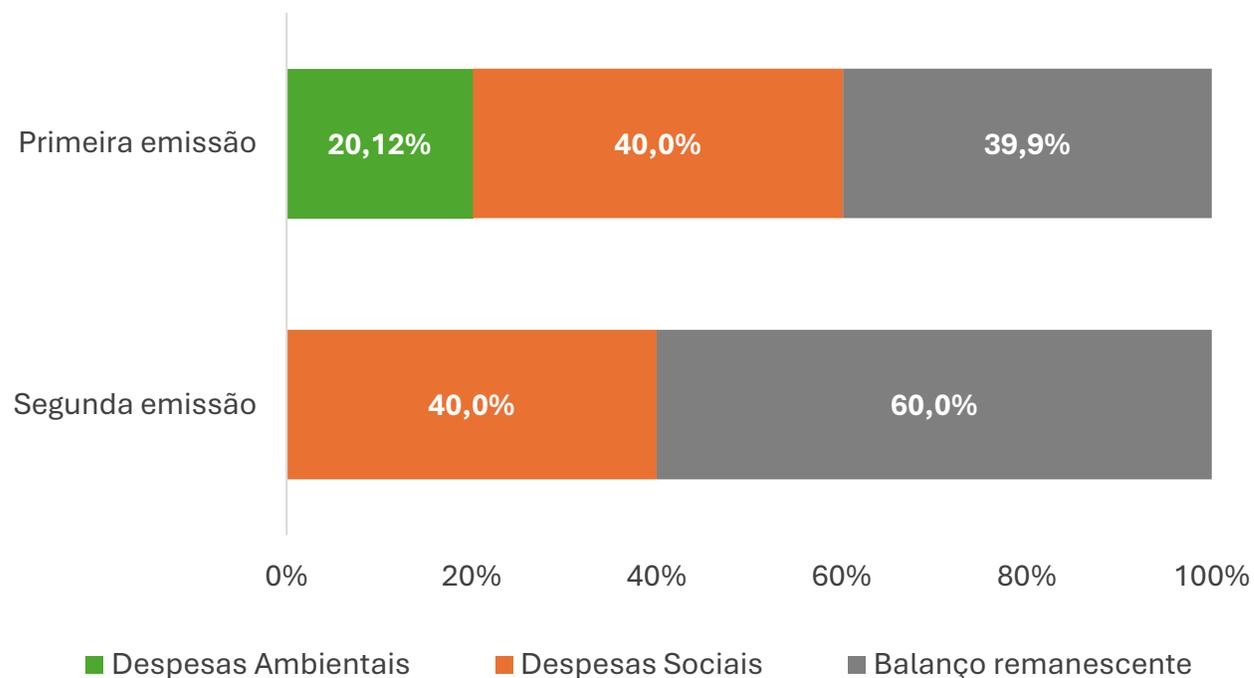
Categorias de despesas	1ª Emissão		2ª Emissão		ODS Impactados
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Ambiental					
Controle de emissões de GEE	0,1%	0,2%	4,0%	5,0%	
Energia Renovável	15,0%	20,0%	30,0%	34,0%	 
Eficiência Energética	-	-	0,5%	1,0%	 
Transporte Limpo	20,0%	25,0%	13,0%	17,0%	 
Gestão sustentável de recursos vivos e naturais e uso da terra	3,0%	6,0%	-	-	  
Biodiversidade Terrestre e Aquática	11,0%	18,0%	1,0%	2,0%	  
Adaptação às mudanças climáticas	0,5%	0,8%	1,0%	2,0%	 
Economia circular	-	-	0,5%	1,0%	

Categorias de despesas	1ª Emissão		2ª Emissão		ODS Impactados
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Social					
Combate à pobreza	30,0%	40,0%	36,0%	46,0%	 
Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis	10,0%	17,0%	-	-	
Acesso à infraestrutura básica	-	-	4,0%	8,0%	 

Tema do gasto	Limite Inferior	Limite Superior
Ambiental	50%	60%
Social	40%	50%

Relatório de Alocação e Impacto – RAI 2024

Despesas ambientais, despesas sociais e balanço remanescente



- Em novembro de 2024, o Tesouro Nacional publicou o **primeiro Relatório de Alocação e Impacto** (RAI 2024) referente à primeira e à segunda emissão dos títulos soberanos sustentáveis.
- O RAI **será publicado anualmente** até o vencimento do título ou até a completa alocação dos recursos.

Critério Temporal para Alocação

- Despesas elegíveis podem ser realizadas no período compreendido entre 12 meses antes da emissão e 24 meses após a emissão de cada título. Dessa forma, **o RAI 2024 contempla uma alocação parcial** dos títulos emitidos em 2023 e 2024.

Relatório de Alocação e Impacto – RAI 2024

Despesas Ambientais

Categorias	Mínimo RPE		Máximo RPE		Alocado	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
1.1 Controle de emissões de GEE	9,6	0,10%	19,2	0,20%	7,8	0,08%
2. Energia Renovável	1.442,5	15%	1.923,3	20%	491,6	5,11%
4. Transporte Limpo	1.923,3	20%	2.404,2	25%	46,1	0,48%
5. Gestão sustentável de recursos vivos e naturais e uso da terra	288,5	3%	577,0	6%	377,5	3,93%
6. Biodiversidade terrestre e aquática	1.057,8	11%	1.731,0	18%	961,7	10,00%
8. Adaptação às mudanças climáticas	48,1	0,50%	76,9	0,80%	50,1	0,52%
Total	4.808,3	50%	5.770,0	60%	1.934,75	20,12%

Despesas Sociais

Categorias	Primeira Emissão					
	Mínimo RPE		Máximo RPE		Alocado	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
1.1. Combate à Pobreza	2.885	30%	3.847	40%	2.885	30%
2. Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis	962	10%	1.635	17%	962	10%
Total	3.847	40%	4.808	50%	3.847	40%

Categorias	Segunda Emissão					
	Mínimo RPE		Máximo RPE		Alocado	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
1.1. Combate à pobreza	3.898	36%	4.980	46%	3.898	36%
5. Acesso à infraestrutura básica	433	4%	866	8%	433	4%
Total	4.331	40%	5.413	50%	4.331	40%

Emissões externas recentes – títulos soberanos sustentáveis

Detalhes das Emissões

Data de Emissão	13 de novembro de 2023
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2 bilhões
Prazo	7 anos (1 de março de 2031)
Cupom	6,250%
Taxa	6,500% (spread de 181,9 p.p. sobre US Treasury bond)



Data de Emissão	20 de junho de 2024
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2 bilhões
Prazo	7 anos (22 de janeiro de 2032)
Cupom	6,125%
Taxa	6,375% (spread de 212.80 p.p. sobre US Treasury bond)



Emissões externas recentes – títulos soberanos convencionais

Detalhes das Emissões

Data de Emissão	22 de janeiro de 2024 (dual-tranche)
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2,25 bilhões
Prazo	10 anos (15 de março de 2034)
Cupom	6,125%
Taxa	6,350% (spread de 225,2 p.p. sobre US Treasury bond)

Data de Emissão	22 de janeiro de 2024 (dual-tranche)
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2,25 bilhões
Prazo	30 anos (13 de maio de 2054)
Cupom	7,125%
Taxa	7,150% (spread de 281,8 p.p. sobre US Treasury bond)

Data de Emissão	18 de fevereiro de 2025
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2,5 bilhões
Prazo	10 anos (15 de março de 2035)
Cupom	6,625%
Taxa	6,750% (spread de 220 p.p. sobre US Treasury bond)

Detalhes das Emissões

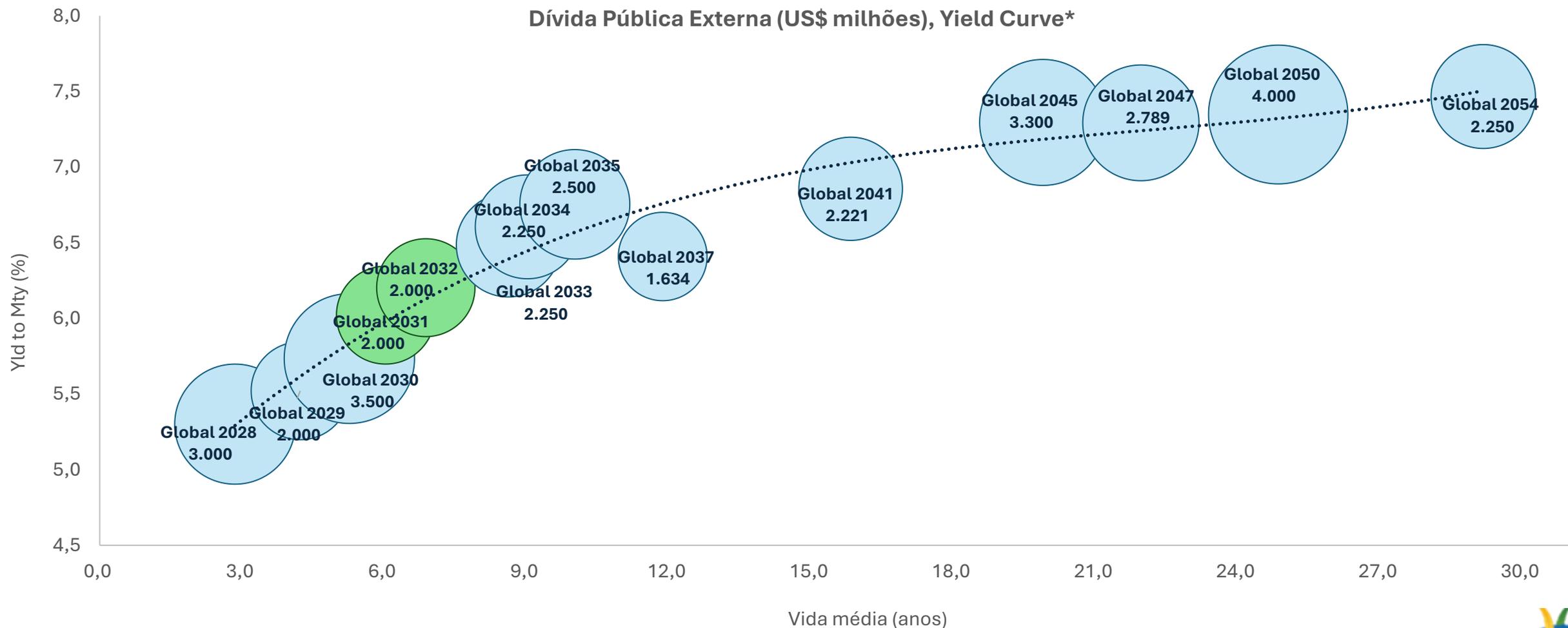
Data de Emissão	4 de junho de 2025
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 1,5 bilhão
Prazo	5 anos (6 de novembro de 2030)
Cupom	5,50%
Taxa	5,680% (spread de 175,5 p.p. sobre US Treasury bond)

Data de Emissão	4 de junho de 2025
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 1,25 bilhão
Prazo	10 anos (15 de março de 2035) - reabertura
Cupom	6,625%
Taxa	6,730% (spread de 237,5 p.p. sobre US Treasury bond)



Para os títulos sustentáveis, a estratégia do Tesouro consiste em estabelecer referências bem definidas na curva, especificamente na faixa entre 7 e 11 anos

Yield Curve – Emissões Externas



* Em 7 de março de 2025. O tamanho das bolhas representa o montante em mercado

Fonte: Tesouro Nacional / Bloomberg



Dívida Pública Federal

Apresentação para investidores

Para dúvidas ou comentários, entre em contato conosco:
stndivida@tesouro.gov.br

Estatísticas da Dívida Pública Federal disponíveis em:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd>